



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 90007/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 90/2026**  
**UASG 982691**

**OBJETO:**

Prestação de serviços de engenharia comuns para execução de obra de pavimentação e drenagem superficial das ruas Piloto Ayrton Senna, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, localizadas no bairro Varginha, no município de Juatuba/MG, sob regime de empreitada por medição, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, referente ao Contrato de Repasse OGU nº 988317/2025 – Operação 1105771-64-TRANSFEREGOV - Programa: Mobilidade Urbana - Ação Programática 00T1-MINISTERIO DAS CIDADES

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 401.872,86 (Quatrocentos e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) sendo:

- R\$389.856,86 e TRANSF. ESPECIAL DA UNIÃO
- R\$12.016,00 RECURSOS PRÓPRIOS

**DATA DA E LOCAL SESSÃO PÚBLICA:**

**Dia 14/05/2026 de 2026 às 08:30** horas (horário de Brasília) COMPRASNET

[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e Fechado

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço global

**ANEXOS DO PROCESSO:**

ANEXO I - PROJETO BÁSICO	ANEXO VII - PROJETOS
ANEXO II – PLANILHA	ANEXO VIII – MODELO DA PROPOSTA
ANEXO III- CRONOGRAMA	ANEXO IX – DECLARAÇÕES UNIFICADAS
ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO BDI	ANEXO X – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
ANEXO V – CROQUI DE LOCALIZAÇÃO	ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO	



## **CONCORRENCIA ELETRÔNICA 90007/2026**

### **Processo administrativo 90/2026**

O Município de Juatuba, através do Secretario Municipal de Administração, designado como Autoridade Superior conforme determinado no Decreto Municipal 3186/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 2896 de 03 de fevereiro de 2023, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, comunica que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, mediante condições a seguir especificadas.

#### **1. DO OBJETO**

**1.1** Prestação de serviços de engenharia comuns para execução de obra de pavimentação e drenagem superficial das ruas Piloto Ailton Senna, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, localizadas no bairro Varginha, no município de Juatuba/MG, sob regime de empreitada por medição, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, referente ao Contrato de Repasse OGU nº 988317/2025 – Operação 1105771-64-TRANSFEREGOV - Programa: Mobilidade Urbana - Ação Programática 00T1-MINISTERIO DAS CIDADES

**1.2** A contratação trata-se de obra, conforme artigo 6º, XXI, a, da Lei 14.133/2021

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo objeto social for compatível com o objeto e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

#### **2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**Justificativa** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

**2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.12.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.6.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.6.14.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, ocorrerá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, logo após será a fase de habilitação.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.3.6.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.3.7.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.3.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.3.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.3.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item;

**4.1.2.** Marca e modelo, quando for o caso ;

**4.1.3.** Fabricante, quando for o caso;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta será inferior de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogada caso haja interesse das partes.

**4.9.** Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores ao do edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** Será desclassificada a proposta que não mantenha sob sigilo a identificação do licitante antes da finalização da etapa de lances.

**5.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.3.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL dos serviços, ou seja, o valor total da planilha.**

**5.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**5.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.12.7.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.12.8.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.12.9.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.12.10.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.12.11.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.12.12.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.12.13.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.12.14.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.12.15.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.12.16.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.12.17.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.12.18.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.12.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.12.20.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.12.21.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.12.22.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.12.23.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.12.24.** Este prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada via chat.

**5.12.24.1** Durante o período de duas horas, caso seja inserido a proposta faltando algum dado ou documento complementar, o Pregoeiro poderá solicitar que o mesmo seja anexado, dando novo prazo para complementação da documentação.

**5.12.25.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

**5.12.25.1** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**5.12.26.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**5.12.27.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.12.28.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.3.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.3.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

**6.3.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à



adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.3.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.3.8.** A inexequibilidade da proposta só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.3.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.3.10.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.3.11.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.3.12.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.3.13.** Observação: A análise de acórdãos recentes do TCU demonstra que o entendimento consagrado na Súmula 262 também vem sendo aplicado na interpretação da Lei 14.133. Tem prevalecido a concepção de que o critério do art. 59, § 4º, da Lei 14.133 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços. Ou seja, a Administração detém o poder-dever de conceder ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

**6.3.14.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.3.15** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.3.16** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.3.17** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.3.18** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

### **7.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**b)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **7.2.1. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL**

**a)** Certidão conjunta como Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Regularidade com a Fazenda Federal, observada sua validade.

**b)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observada sua validade.

**c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual/Distrital, observada sua validade.

#### **7.2.2. REGULARIDADE TRABALHISTA**

**a)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme artigo 68, V da Lei 14.133/2021.

#### **7.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Os critérios de **habilitação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**7.2.3.1** Prova de inscrição da licitante e de seu responsável Técnico junto ao CREA ou CAU de sua sede;

**7.2.3.2** Prova de possuir em seu quadro permanente, na data de protocolo de sua proposta, profissional de nível superior, que será o responsável técnico pela prestação dos serviços;

**7.2.3.3** A comprovação de que o profissional responsável de nível superior, detentor das Anotações de Responsabilidade Técnica mencionadas, integrará o quadro da contratada durante a vigência contratual será realizada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

**a)** Cópia da ficha de registro de empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quando empregado;

- b) Cópia do Contrato Social devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- c) Cópia do Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em observância ao disposto no inciso III do artigo 67 da Lei Federal 14.133/21.

**7.2.3.4** Os profissionais indicados pela licitante para comprovação da capacidade técnica-profissional deverão participar da execução dos trabalhos, admitindo-se a sua substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**7.2.3.5** No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração e que não acarrete prejuízos e atrasos na execução dos serviços.

**7.2.3.6 Atestado de Capacidade Técnica-operacional e Atestado de Capacidade Técnica-profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, em que conste a execução dos serviços objeto da licitação.

**7.2.3.7** Certidão de Acervo Técnico (CAT's) e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo CREA e/ou CAU, comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) o(s) responsável(is) técnico(s) da execução dos serviços, comprovadamente integrante do quadro permanente da licitante, executou(aram) serviços, iguais ou superiores da mesma natureza ou complexidade dos licitados, nos **quantitativos** relacionados, em razão dos mesmos serem de maior relevância dentre os serviços registrados.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
20.12.01	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-1C SUDECAP	800m²
20.13.25	APLICAÇÃO DE CBUQ FAIXA C, CAMADA DE ROLAMENTO, COM CAP 50/70 SUDECAP	84 toneladas
20.13.34	FORNECIMENTO DE CBUQ FAIXA C, COM CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE SUDECAP ESPESSURA 4,0 CM	84 toneladas

**7.2.3.8** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

**7.2.3.9** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

**7.2.3.10** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 7.2.4 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

**7.2.4.1** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, mediante prévio agendamento de horário, pelo telefone (31) 3535-8690, no horário de 08:00 às 13:00 horas.

**7.2.4.2** Será também assegurado o direito de abdicar-se na vistoria, alegando o conhecimento das condições necessárias à contratação, desde que apresente declaração, devidamente assinada.

**7.2.4.3** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**7.2.4.4** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para abertura da sessão pública.

**7.2.4.4.1** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá apresentar:

**7.2.4.4.2** Cópia autenticada da última alteração contratual da proponente;

**7.2.4.4.3** Carta de Credenciamento ou procuração que confira poderes para realizar a visita técnica.

**7.2.4.5** Documento de identificação pessoal.

**7.2.4.6** Será emitido atestado de Visita Técnica, que deverá compor a documentação de Habilitação do proponente.

**7.2.4.7** O interessado deverá solicitar o Atestado de Visita Técnica devidamente assinado e Carimbado pelo representante do Município, não sendo admitidas escusas posteriores de que a Emissão do atestado é de responsabilidade do Município.

**7.2.4.8** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**7.2.4.9** Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a completa execução do contrato.

## **7.2.5 DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo anexo)**

**7.2.5.1** Documento a ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação e reúne todas as declarações.

**7.3.** Os documentos exigidos nesta Concorrência poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório/órgão competente ou pelo Agente de Contratação/Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.5.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.8.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.9.** A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.10.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo de no máximo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

**7.11.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.12.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.13.** Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.14.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** **Os recursos interpostos fora do prazo e fora do sistema não serão conhecidos.**

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d)** deixar de apresentar amostra;
- e)** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i)** fraudar a licitação

**9.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a)** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b)** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c)** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.1.4.** advertência;

**9.1.5.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a)** multa;
- b)** impedimento de licitar e contratar e
- c)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.1.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b)** as peculiaridades do caso concreto
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.2.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.2.e), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.3.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada.

**9.4.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**9.5.** Demais sanções conforme Decreto Municipal nº 2896 de 17 de maio de 2023.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados via INTERNET para o endereço eletrônico licitacao@juatuba.mg.gov.br.

**10.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo e será decidida sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**10.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

**10.6.** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (comprasnet) e endereço eletrônico [www.juatuba.mg.gov.br](http://www.juatuba.mg.gov.br).

## **12 DA OBSERVÂNCIA À LEI ANTICORRUPÇÃO**

**12.1** A empresa participante deste certame declara, ao apresentar sua proposta, estar ciente e em conformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), comprometendo-se a adotar condutas pautadas pela ética, pela integridade e pela legalidade na execução do contrato que vier a ser firmado.

**12.2** Fica vedada a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme definidos no art. 5º da referida Lei, tais como: prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; fraudar licitações ou contratos; dificultar atividades de investigação ou fiscalização; ou agir de modo a obter benefício ilícito em detrimento do interesse público.

**12.3** A constatação, a qualquer tempo, de violação às disposições da Lei nº 12.846/2013 implicará na aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação pertinente e no instrumento contratual, podendo resultar na rescisão do contrato e na responsabilização administrativa, civil e penal da empresa infratora.

**12.4** Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

**12.5** Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

**12.6** Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

**12.7** As sanções aplicadas com base na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, instituído no âmbito do Poder Executivo Federal, o qual reúne e dá publicidade às penalidades impostas pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo. Eventual aplicação de sanção nos termos da referida Lei implicará a inclusão de seus dados e informações pertinentes no referido cadastro, com divulgação pública, conforme as normas da Lei nº 12.846/2013.

## **13 DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1** A empresa participante deste pregão e, posteriormente, contratada para a execução do serviço de locação de veículos, declara estar ciente e em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar as medidas necessárias para garantir a proteção, a privacidade e o sigilo dos dados pessoais que possam ser tratados em razão da execução do contrato.

**13.2** A contratada se responsabiliza pelo tratamento de dados pessoais, no âmbito do contrato, observando os princípios previstos na LGPD, tais como a necessidade, a transparência, a finalidade, a segurança, e a não-discriminação. Além disso, deverá garantir que qualquer dado pessoal seja utilizado exclusivamente para os fins específicos do serviço contratado, com o devido



consentimento do titular dos dados, quando aplicável, e em conformidade com as disposições legais pertinentes.

**13.3** Em caso de incidente de segurança que comprometa a proteção de dados pessoais, a contratada deverá comunicar à contratante e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos do artigo 48 da LGPD, dentro do prazo legal estabelecido.

**13.4** O não cumprimento das disposições da LGPD poderá implicar na aplicação de sanções administrativas, civis e contratuais, conforme estabelecido na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, à rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

Juatuba, 14 de abril de 2026.

---

**Isnar Pedrozo de Andrade**  
**Secretário Municipal de Administração**

## **1 OBJETO**

**1.1** Prestação de serviços de engenharia comuns para execução de obra de pavimentação e drenagem superficial das ruas Piloto Airton Senna, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, localizadas no bairro Varginha, no município de Juatuba/MG, sob regime de empreitada por medição, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, referente ao Contrato de Repasse OGU nº 988317/2025 – Operação 1105771-64-TRANSFEREGOV - Programa: Mobilidade Urbana - Ação Programática 00T1-MINISTERIO DAS CIDADES

**1.2** A contratação trata-se de obra, conforme artigo 6º, XXI, a) da Lei 14.133/2021.

**1.3** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

## **2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de adequação e melhoria da infraestrutura viária urbana, por meio da execução de obras de pavimentação e drenagem superficial nas Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, no Município de Juatuba, com vistas à promoção da mobilidade urbana, da segurança viária e da qualidade de vida da população.

As vias objeto da intervenção constituem importantes corredores de circulação local, sendo amplamente utilizadas para o deslocamento diário de veículos e pedestres, bem como para o acesso a áreas residenciais e a serviços públicos e privados. Dessa forma, a manutenção de condições adequadas de pavimentação e drenagem é imprescindível para garantir a fluidez do tráfego, a segurança dos usuários e o pleno exercício do direito de ir e vir.

Atualmente, as vias apresentam pavimentação irregular e danificada, com desgaste acentuado da camada de rolamento, além de deficiência no sistema de drenagem superficial, o que ocasiona acúmulo de águas pluviais, alagamentos frequentes e prejuízos à trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos. Essas condições comprometem a segurança viária, aceleram a deterioração da infraestrutura existente e geram transtornos à população usuária.

Nesse contexto, faz-se necessária a execução de obras de pavimentação e drenagem superficial, compreendendo a recuperação da pista de rolamento, a implantação de sarjetas e meio-fio, de modo a assegurar o adequado escoamento das águas pluviais e a durabilidade da infraestrutura viária.

A intervenção proposta permitirá a correção das deficiências existentes, a redução de custos futuros com manutenção corretiva e a melhoria das condições de mobilidade e segurança, constituindo medida de interesse público alinhada às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e aos princípios da administração pública.

O(s) serviço(s) a serem contratados não foram parcelados pelos seguintes motivos:

**a)** O volume físico, técnico e funcional da obra é de natureza contínua e integrada, não se prestando a uma divisão fragmentada em contratos autônomos sem prejuízo à coerência do projeto, à execução segura e ao controle técnico eficiente.

**b)** Natureza Integrada do Objeto: A Pavimentação e Drenagem Superficial das Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral configuram um conjunto de obras que possuem interfaces técnicas e construtivas contínuas. A separação em múltiplos contratos distintos implicaria em complexidade adicional de coordenação, riscos de incompatibilidade executiva e dificuldades de responsabilização por interfaces técnicas.

**c) Risco de Aumento de Custos e Complexidade Administrativa:** A fragmentação do objeto em várias contratações isoladas poderia ensejar a necessidade de contratações de múltiplos projetos, cronogramas desvinculados, diversos gestores técnicos e fiscalizações repetidas, com potencial aumento de custos indiretos à Administração e mais encargos de gerenciamento.

**d) Competitividade e Isenção de Barreiras de Mercado:** A não divisão do objeto em parcelas artificiais não compromete a competitividade do certame, uma vez que o escopo integral da obra é plenamente atendido por empresas do mercado de obras civis com capacidade técnica compatível, especialmente aquelas com experiência em obras públicas de pavimentação e drenagem. Ademais, a contratação em lote único favorece a integração técnica dos serviços e a obtenção de propostas mais vantajosas, em razão da redução de custos adicionais que poderiam decorrer da fragmentação do objeto.

**e) Evita Riscos Técnicos e Contratuais:** A execução conjunta reduz a possibilidade de inconsistências técnicas entre os serviços, conflitos de cronograma entre contratados distintos, e questões de responsabilidade por interfaces entre blocos de obra, o que poderia

### 3 DO VALOR

**3.1** Após o levantamento de quantitativos procedeu-se à elaboração de planilha orçamentária, validada pela base de índices e composições da **SEINFRA REGIÃO CENTRAL (01/2025) - COM DESONERAÇÃO, SINAPI/MG (01/2025) – DESONERADA, SUDECAP (01/2025) – DESONERADA e COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS UNITÁRIAS (01/2025)**, para formação do orçamento da obra, que irá compor o processo licitatório.

**3.2** Todo detalhamento consta em anexo classificado nos autos do procedimento licitatório como Planilha Orçamentária, contendo as fontes, descrição dos serviços, quantidades, preços, BDI e valor total.

**3.3** Conforme levantamentos e pesquisas realizadas, estima-se o valor médio para a obra em R\$ 401.872,86 (Quatrocentos e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) sendo:

- R\$389.856,86 e TRANSF. ESPECIAL DA UNIÃO
- R\$12.016,00 RECURSOS PRÓPRIOS

### 4 DESCRITIVO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade
0001	000012112	SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM EM VIAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE NATUREZA COMUM PARA EXECUÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, POR MEDIÇÃO, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS PILOTO AIRTON SENA, WENZEL HUBER E ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL, NO BAIRRO VARGINHA, NO MUNICÍPIO DE JUATUBA/MG.	0,0299	SV
0002	000012112	SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM EM VIAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE NATUREZA COMUM PARA EXECUÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, POR MEDIÇÃO, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS PILOTO AIRTON SENNA, WENZEL HUBER E ALÍPIO NOGUEIRA DO	0,9701	SV

		AMARAL, NO BAIRRO VARGINHA, NO MUNICÍPIO DE JUATUBA/MG.		
--	--	---	--	--

#### **4.1 Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto e especificação do produto**

**4.1.1** A solução proposta foi concebida considerando todo o ciclo de vida do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, abrangendo as fases de planejamento, execução, operação, manutenção e descarte, de modo a assegurar eficiência, segurança, sustentabilidade e economicidade à Administração Pública.

**4.1.2** Na fase de planejamento e projeto, a solução adota diretrizes técnicas voltadas à adequada recuperação da infraestrutura viária, com definição de materiais, métodos construtivos e soluções de drenagem compatíveis com as condições locais de tráfego e escoamento de águas pluviais, em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, bem como com os cadernos técnicos aplicáveis e a legislação urbanística e ambiental. Na etapa de execução, a solução contempla a realização de todos os serviços necessários à pavimentação e drenagem superficial das vias, incluindo serviços preliminares, regularização e compactação do subleito, implantação e/ou adequação de sarjetas e meio-fio, execução do pavimento conforme projeto técnico, além dos serviços de acabamentos, recomposições e limpeza final da área de intervenção, garantindo qualidade construtiva e durabilidade da obra.

**4.1.3** Quanto à fase de operação e uso, a solução prioriza técnicas e materiais que assegurem boas condições de trafegabilidade, segurança viária e conforto aos usuários, reduzindo a ocorrência de patologias no pavimento e minimizando a necessidade de intervenções corretivas frequentes.

**4.1.4** No que se refere à manutenção, a solução adota materiais padronizados e métodos construtivos que facilitem futuras manutenções, com menor impacto operacional e financeiro, contribuindo para o prolongamento da vida útil da infraestrutura viária e a racionalização dos gastos públicos.

**4.1.5** Por fim, na etapa de descarte e desmobilização, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, com a correta destinação dos resíduos da construção civil, o uso racional de recursos naturais e a mitigação de impactos ambientais, em conformidade com a legislação vigente.

**4.1.6** O produto a ser entregue consiste em obra de engenharia concluída, executada e aprovada, composta, no mínimo, pelos seguintes elementos:

##### **a) Serviços Preliminares:**

- Limpeza da área de intervenção e remoção de resíduos;
- Regularização, escavação e compactação do subleito.

##### **b) Sistema de Drenagem Superficial:**

- Execução de sarjetas ao longo das vias, conforme projeto;
- Implantação de meio-fio de concreto pré-moldado para contenção lateral do pavimento e direcionamento do escoamento pluvial.

##### **c) Execução da Pavimentação:**

- Aplicação do revestimento conforme projeto;
- Acabamento com regularidade superficial e declividades adequadas ao escoamento das águas pluviais.

#### **d) Serviços Complementares:**

- Recomposição de acessos e interfaces com vias adjacentes;
- Limpeza final da obra e retirada de entulhos.

**4.1.7** A obra deverá ser executada em estrita conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, atendendo às normas técnicas da ABNT, às legislações aplicáveis e às exigências de segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental.

## **5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1 Subcontratação**

**5.1.1** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

### **5.2 Garantia Contratual/Execução**

**5.2.1** A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global conforme os moldes do art. 96 da Lei nº 14133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que lhe será devolvida após o término desses prazos, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

**5.2.2** Na hipótese de prorrogação do prazo e/ou acréscimo de valor contratual, a garantia deverá ser completada por outra, até o termo final da vigência contratual, mantendo-se sempre em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, devendo a CONTRATADA apresentá-la no prazo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato, sob pena de rescisão contratual.

**5.2.3** A garantia responderá pela inadimplência de todas as obrigações contratuais da CONTRATADA, devendo acobertar todo o seu período de vigência, inclusive as suas possíveis prorrogações, e devendo a CONTRATADA recompô-la, no valor correspondente àquele eventualmente descontado pelo Município de Juatuba/MG em decorrência de inadimplemento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos à aplicação do desconto.

**5.2.4** As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei nº 14.133/21.

### **5.3 Garantia de Obra**

**5.3.1** Nos termos do Art. 140, § 6º da Lei 14.133/2021, incidirá ao presente, posto se tratar de obras, o prazo mínimo de 05 (cinco) anos à contar do recebimento definitivo pela administração, responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de identificação de vício, defeito ou incorreção, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

**5.3.2** Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por empresa autorizada da CONTRATADA.

**5.3.3** Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada.

#### **5.4 Prova de Conceito/Teste de conformidade**

**5.4.1** Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Prazo de Vigência**

**6.1.1** O contrato terá vigência pelo prazo de 06 (seis) meses contados do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado pelo Município nos termos da legislação vigente, sendo o prazo de execução dos serviços de 02 (dois) meses conforme o cronograma, contados a partir da emissão da ordem de serviços.

### **Prazo e Condições da Prestação do Serviço**

**6.1.2** Início da execução do objeto: **em até 10 (dez) dias** da data da emissão da ordem de serviço.

**6.1.3** Cronograma de realização dos serviços: **02 (dois) meses;**

**6.1.4** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **6.1.5 Execução dos serviços:**

**6.1.6** A empresa contratada deverá atender todas as normas e leis específicas vigentes aplicáveis aos serviços contratados;

**6.1.7** A empresa contratada se obriga a executar os serviços atendendo as especificações e quantidades estipuladas na planilha orçamentária;

**6.1.8** Caberá à Secretaria de Infraestrutura a emissão da Ordem de Serviço, bem como a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto desta obra e, ainda, fornecer à contratada, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados;

**6.1.9** Os serviços, cujos preços não constarem da proposta primitiva, serão calculados considerando as referências de custos e taxa de BDI especificadas no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto oferecido pelo contratado;

**6.1.10** Os serviços deverão ser executados conforme o memorial descritivo/especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais normas constantes deste instrumento;

**6.1.11** Ao término dos serviços, deverá ser procedida a limpeza do canteiro da obra.

**6.1.12** Esta Obra e a Planilha Orçamentária são documentos complementares entre si. As eventuais divergências/inconsistências entre esses documentos serão resolvidas pela Fiscalização. A princípio, deverão prevalecer as informações, especificações e quantidades da Planilha Orçamentária. Ressaltando-se que a decisão definitiva será sempre da Fiscalização, em qualquer circunstância, ainda que por seu exclusivo critério.

## **6.2 Do Local e Horário da Prestação do Serviço**

**6.2.1** Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira, Bairro Varginha do município de Juatuba/MG no horário de 07:00 às 17:00.

**6.2.2** Localização geográfica da obra/serviço:

- Latitude 19°57'22.03"S e Longitude 44°20'9.18"O. (Rua Alípio Nogueira do Amaral)
- Latitude 19°57'20.08"S e Longitude 44°20'8.02"O. (Rua Wenzel Huber)
- Latitude 19°57'21.31"S e Longitude 44°20'7.27"O. (Rua Piloto Airton Sena)

### **6.3 Dos Materiais a serem disponibilizados**

**6.3.1** Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, conforme planilha anexa, promovendo sua substituição quando necessário.

### **6.4 Regime de Execução**

**6.4.1** O regime de execução do contrato será:

- ( x ) empreitada por preço global  
( ) empreitada por preço unitário  
( ) empreitada integral

### **6.5 Obrigações da Contratada**

**6.5.1** Deverá dar início à execução dos serviços após o recebimento da ordem de serviço e entregá-los concluídos no prazo estabelecido no cronograma-físico;

**6.5.2** Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Execução de Obra no início dos trabalhos;

**6.5.3** Visitar previamente o local a fim de verificar as suas condições atuais;

**6.5.4** Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**6.5.5** Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, comprovadamente, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 30 (trinta) dias, após a sua ocorrência;

**6.5.6** Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta;

**6.5.7** Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado;

**6.5.8** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;

**6.5.9** Substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele considerada defeituosa, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos graves de fabricação ou ainda que tenha sido danificado pela CONTRATADA ou preposto seu;

- 6.5.10** Paralisar, por determinação da comissão fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Juatuba, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros;
- 6.5.11** Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 6.5.12** Observar para transporte seja ele de que tipo forem às normas adequadas relativas às embalagens, volumes, etc.;
- 6.5.13** Responsabilizarem-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens e ou serviços a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 6.5.14** Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;
- 6.5.15** Responsabilizarem-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;
- 6.5.16** Disponibilizar todos os materiais e serviços devendo atender às Normas da ABNT, principalmente a NRB 9050, além daquelas que a CONTRATANTE entender indispensáveis na execução dos serviços contratados, como por exemplo apresentação de atestado de qualidade dos materiais e ART's.
- 6.5.17** Realizar a completa execução dos serviços, obedecendo rigorosamente o planejamento e as instruções apresentadas pela Fiscalização e a Legislação aplicável.
- 6.5.18** Executar os serviços considerando sempre os requisitos de segurança de Trabalho adequados, seguindo as Normas Regulamentadoras da Portaria n.º 3.214/78 do Ministério de Trabalho e toda a legislação pertinente.
- 6.5.19** Disponibilizar pessoal qualificado e treinado para executar os serviços e fornecer os equipamentos e materiais necessários, inclusive EPI's e EPC's.
- 6.5.20** Empregar operários devidamente uniformizados e especializados nos serviços a serem executados, em número compatível com a natureza e cronograma da obra;
- 6.5.21** Providenciar a imediata retirada ou substituição de qualquer empregado seu, atendendo a solicitação por escrito da CONTRATANTE, que esteja embarçando ou dificultando sua ação fiscalizadora ou mesmo cuja permanência seja julgada inconveniente.
- 6.5.22** Cumprir integralmente todas as Normas legais Federais, Estaduais ou Municipais relativas à proteção ambiental, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.
- 6.5.23** Executar os serviços obedecendo rigorosamente às ordens de serviço, as instruções e demais recomendações apresentadas pela Fiscalização.
- 6.5.24** Manter preposto com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à realização dos serviços. Manter atualizados no Canteiro de Obras: Diário, Alvará, Certidões, Licenças, evitando interrupções por embargo;
- 6.5.25** Manter no local da obra, livro de registro de ocorrências, com disponibilidade à fiscalização para registro de ocorrência que tenha o cunho exigir providências corretivas objetivando evitar prejuízos ao Erário, bem como buscando resguardá-lo de quaisquer fatos supervenientes em decorrência da execução da obra;
- 6.5.26** Registro fotográfico e diário de obra – deverá ser elaborado registro fotográfico e diário de obra periódico, a fim de capturar imagens do desenvolvimento dos serviços, que estejam em execução e apontados na medição. O ponto de captura das imagens deve mostrar a visão mais abrangente da frente de serviço, visando esclarecer questionamentos futuros sobre métodos executivos, sequência das atividades, equipamentos e mão de obra envolvidos. - Entrega do relatório fotográfico é condicionante para a medição dos serviços no período, sendo obrigatória apresentação dos arquivos de imagem em formato JPG em mídia eletrônica e impressos.



- O número de fotos bem como a periodicidade (diário, semanal, etc) será determinado pelo fiscal e deverá apresentar a data e horário em que foram capturadas.
- A entrega do RDO (Relatório Diário de Obra) deve ser entregue semanalmente para a Fiscalização e assinado pelo responsável técnico da obra.

**6.5.27** Quaisquer definições de marca dos materiais e/ou cores que a Fiscalização julgar necessário, deve ser repassada antecipadamente antes da execução dos serviços;

**6.5.28** Empregar nos serviços, por sua conta e risco, material de primeira qualidade em observância às normas legais e em observância à planilha orçamentária e ao projeto executivo, isentando a Contratante de qualquer corresponsabilidade;

**6.5.29** Deverá seguir rigorosamente o horário determinado pela fiscalização para a execução dos trabalhos. Na fase de execução da obra, caso sejam verificadas divergências e inconsistências no projeto, comunicar à comissão fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Juatuba para que as devidas providências sejam tomadas;

**6.5.30** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**6.5.31** Comunicar à Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Juatuba, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no local da obra;

**6.5.32** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, por seus prepostos, garantindo lhes o acesso aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

**6.5.33** Corrigir, às suas expensas, quaisquer vícios ou defeitos ocorridos na execução da obra, objeto do contrato, responsabilizando-se por quaisquer danos causados ao conveniente, decorrentes de negligência, imperícia ou omissão;

**6.5.34** Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a CONTRATADA reconhece desde já que a mesma é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução da obra, sem quaisquer ônus para a Contratante;

**6.5.35** Convocar à Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Juatuba, para constatar a conclusão dos serviços que ensejaram na elaboração da medição, que será apresentada ao Município, medição esta que deverá ser elaborada em conformidade com o Cronograma físico-financeiro e, após aprovação da fiscalização, mediante autorização desta, emitir a respectiva nota fiscal; Manter sinalização de segurança nos locais de execução da obra objeto da presente licitação, objetivando evitar acidentes com transeuntes, avocando para si toda e qualquer responsabilidade no cumprimento das normas atinentes à segurança, higiene e medicina no trabalho, isentando a Administração de qualquer responsabilidade;

**6.5.36** Estabelecer um serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução que por ventura venham a ocorrer nela;

**6.5.37** É responsabilidade da contratada, executar a sinalização de Segurança, durante a realização dos trabalhos, e sua respectiva limpeza geral, inclusive remoção de materiais gerados ou sobras;

**6.5.38** Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los; Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato sem prévia anuência e autorização da Administração, que analisará o caso com base no que prevê o artigo 122 da Lei 14.133/21;

**6.5.39** Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou terceiros;

**6.5.40** É responsabilidade da Contratada, a boa execução e a eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido pela legislação municipal, código de defesa do consumidor, código civil e as determinações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, devendo atender além dos encargos contidos nas cláusulas contratuais e edital de licitação;

**6.5.41** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**6.5.42** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;

**6.5.43** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.5.44** Garantir a boa qualidade do serviço prestado;

**6.5.45** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

**6.5.46** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**a)** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

**b)** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

**c)** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**d)** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**6.5.47** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**a)** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

**b)** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

## **6.5 Obrigações da Contratante**

**6.5.1** Manter preposto ou comissão, formalmente designado pela Administração, para fiscalizar o Contrato. A Fiscalização da CONTRATANTE não exime a contratada das responsabilidades elencadas;

**6.5.2** Orientar, por meio de reuniões previamente agendadas, a execução dos serviços, sem que tal fato diminua a responsabilidade da Contratada;

**6.5.3** Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços estabelecidos;

**6.5.4** Notificar imediatamente a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços. É assegurado à CONTRATANTE impugnar os serviços executados pela Contratada, quando os mesmos não atenderem as especificações contidas neste instrumento e as normas técnicas aplicadas ao serviço em questão;

**6.5.5** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as especificações;

**6.5.6** É assegurado à CONTRATANTE o direito de ordenar a suspensão dos serviços caso a Contratada não atenda as determinações e comunicações da administração no prazo de 48 (quarenta e oito horas) a contar da ciência da Contratada, sem que tal fato prejudique as penalidades cabíveis e sem que a mesma tenha direito a indenização;

**6.5.7** Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**6.5.8** Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo do serviço, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 14.133/21 em seu artigo 140, inciso I;

**6.5.9** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

**6.5.10** Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Município de Juatuba.

## **7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3** As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**7.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Da gestão do contrato**

**7.6** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**7.7** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**7.8** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.9** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.10** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.11** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7.12** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7.13** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**7.14** Caberá ao Gestor do Contrato:

- a.** analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
- b.** analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
- c.** criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
- d.** analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento; . acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
- e.** decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
- f.** solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
- g.** alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
- h.** realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

1. o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.
  2. As falhas e vícios de execução não serão admitidos até a integral reparação e adequação, sem ônus para o Município mantidas as condições de qualidade, nos prazos arrazoados pela Administração e reduzidos a termo, conforme art. 199, caput da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das sanções editalícias e contratuais.
  3. O descumprimento dos prazos de conclusão, podem caracterizar descumprimento parcial ou total das obrigações gerando as sanções previstas neste contrato e no edital.
- 7.15** O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Messias Gomes Leão, matrícula 4791.

### **Da Fiscalização do Contrato**

- 7.16** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 7.17** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;
- 7.18** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- 7.19** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.20** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 7.21** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7.22** O fiscal técnico do contrato, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.23** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.24** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.25** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.26** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.27** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**7.28** O fiscal administrativo do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**7.29** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**7.30 Caberá ao Fiscal do contrato:**

- a) fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
- b) fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
- c) fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
- d) d. auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
- e) e. anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- f) f. emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- g) g. rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
- h) h. comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

**7.31** O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

- a) atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- b) entrega de produtos ou serviços em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- c) execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- d) descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- e) subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- f) alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
- g) quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

**7.32** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidore(s): Manoel Diogo de Aquino Neto, Engenheiro Civil, matrícula 122698, que fica designado fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021

## **8 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### ***Medição***

**8.1** Caberá à contratada apresentar a medição dos serviços compreendidos entre o primeiro e o último dia de cada mês, até o 5º dia útil do mês subsequente;

**8.2** A fiscalização terá prazo de até 15 (quinze) dias após a data acima especificada, para encaminhamento da medição, sendo que nenhuma medição poderá ser encaminhada sem a respectiva memória de cálculo;

**8.3** O valor das medições será obtido mediante aplicação dos preços unitários constantes da planilha de orçamento proposta vencedora, integrante do contrato, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização;

**8.4** Os serviços executados serão apurados em relatório de medição, assinado pelos representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA e este relatório servirá de base para proceder ao cálculo da remuneração;

**8.5** Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais;

**8.6** Todas as medições serão realizadas mensalmente, considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceto a primeira que será realizada a partir da assinatura da Ordem de Início e a final, que será realizada quando do encerramento do contrato;

### ***Prazo de Pagamento***

**8.7** O pagamento dos serviços a serem executados será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do CONTRATANTE;

**8.8** Nenhuma medição poderá ser encaminhada sem a respectiva memória de cálculo;

**8.9** O pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias subsequente à prestação de serviços e emissão da nota fiscal, após comprovação do pagamento dos salários dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da competência da prestação dos serviços e do recolhimento de todos os encargos e contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) inerentes à contratação, correspondente ao mês da última competência vencida, bem como, apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do Contrato, que deverá ser entregue no setor de engenharia na sede da prefeitura de Juatuba;

**8.10** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período de execução;

**8.11** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente;

**8.12** Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizada;

### ***Forma de Pagamento***

**8.13** O pagamento será realizado mediante transferência eletrônica, via sistema de internet banking, ficando a cargo da contratada informar os dados bancários.

**8.14** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.15** As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o 4º da IN RFB Nº 1234.

### ***Reajuste***

**8.16** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

- a) Após o interregno de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e à pedido da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice FGV – Fundação Getúlio Vargas, Coluna 37 índice de pavimentação para obras rodoviárias** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- b) O reajuste estará limitado ao valor acumulado do índice FGV supracitado, cabendo, portanto, negociação entre as partes.
- c) Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- e) O reajuste será realizado por apostilamento.
- f) Não poderá haver interrupção da obra/serviços durante o prazo de análise da solicitação de reajuste.

## **Do Reequilíbrio**

**8.17** Quanto às condições para reequilíbrio, este estará sujeito a solicitação explícita e fundamentada comprovando o fato extraordinário e superveniente por alguma das partes.

## **Recebimento do Objeto**

**8.18** a entrega da obra/serviço pelo telefone: (31) 3535-8690.

**8.19** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e quantidades constantes nesta proposta.

a. Caso as especificações ou quantidades não estejam de acordo com as exigências editalícias, a contratada deverá refazer e/ou complementar o serviço em questão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

b. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigíveis.

**8.20** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

**8.21** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8.22** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.23** **A Secretaria de Infraestrutura Urbana será rigorosa na conferência dos serviços e materiais entregues, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do serviço e/ou produto entregue.**

## **9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Vinculado

Ficha: 954



Dotação: 1010.15.0451.0112.1150  
Fonte: 1.700.000Próprio

Ficha: 953  
Dotação: 1010.15.0451.0112.1150  
Fonte: 1.500.000

**9.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **10 DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

**10.1** Outras condições conforme Edital desta Licitação de Concorrência Eletrônica – Normas Gerais.

Juatuba, 14 de abril de 2026.

---

**Isnar Pedrozo de Andrade**  
**Secretário Municipal De Administração**

# ANEXO II – PLANILHA



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO 1105771-64	Nº TransfereGOV 988317/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA/MG	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL, WENZEL HUBER E PILOTO
LOCALIDADE SINAPI BELO HORIZONTE	DATA BASE 10-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG	MUNICÍPIO / UF JUATUBA/MG
			BDI 1 24,03%
			BDI 2 0,00%
			BDI 3 0,00%

Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 28

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG</b>									401.872,86	
1.			<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG</b>					-	401.872,86	
1.1.			<b>MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO</b>					-	9.230,32	
1.1.1.	Composição	CPU-01	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA EM CENTRO URBANO	VG	4,00	1.860,50	BDI 1	2.307,58	9.230,32	RA
1.2.			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					-	23.026,12	
1.2.1.	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00	133,42	BDI 1	165,48	9.928,80	RA
1.2.2.	SUDECAP	44.01.07	ENCARREGADO	MES	1,00	10.559,80	BDI 1	13.097,32	13.097,32	RA
1.3.			<b>INSTALAÇÕES DE OBRA</b>					-	7.874,70	
1.3.1.	SUDECAP	01.03.02	PLACA DE OBRA EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL PADRÃO SUDECAP	M2	4,50	210,89	BDI 1	261,57	1.177,07	RA
1.3.2.	SUDECAP	01.10.01	BANHEIRO QUÍMICO 110 X 120 X 230CM COM MANUTENÇÃO	MES	2,00	1.050,00	BDI 1	1.302,32	2.604,64	RA
1.3.3.	SUDECAP	01.09.01	MOBILIZAÇÃO DE CONTAINER	UN	1,00	900,00	BDI 1	1.116,27	1.116,27	RA
1.3.4.	SUDECAP	01.09.21	CONTAINER SIMPLES	MES	2,00	1.200,00	BDI 1	1.488,36	2.976,72	RA
1.4.			<b>SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS</b>					-	-	
-	SUDECAP	43.01.03	EQUIPE DE TOPOGRAFIA - OBRA (SERÁ EXECUTADA PELA CONTRATANTE)	MES	-	-	BDI 1	-	-	RA
1.5.			<b>MOVIMENTAÇÃO DE TERRA/TERRAPLENAGEM E LIMPEZA</b>					-	-	
-	SUDECAP	03.03.04	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M, COM PÁ CARREGADEIRA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-	-	BDI 1	-	-	RA
-	SUDECAP	03.12.03	CARGA MECÂNICA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-	-	BDI 1	-	-	RA
-	SUDECAP	03.15.01	ATERRO COMPACTADO COM ROLO VIBRATÓRIO (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-	-	BDI 1	-	-	RA
-	SUDECAP	03.13.01	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT <= 1KM (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-	-	BDI 1	-	-	RA
-	SUDECAP	03.13.04	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT > 5KM (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3KM	-	-	BDI 1	-	-	RA
1.6.			<b>SUB-LEITO E BASE</b>					-	119.639,49	
-	SUDECAP	20.01.01	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO COM ROLO COMPACTADOR (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M2	-	-	BDI 1	-	-	RA
1.6.1.	SUDECAP-I	63.02.21	AGREGADO DE PEDREIRA PARA BASE / SUB-BASE (BICA CORRIDA), INCLUSIVE FRETE	T	888,72	108,54	BDI 1	134,62	119.639,49	RA
-	SUDECAP	20.06.14	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE COM BRITA BICA CORRIDA (AGREGADO DE PEDREIRA) - PROCTOR MODIFICADO (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-	-	BDI 1	-	-	RA
1.7.			<b>PAVIMENTAÇÃO</b>					-	194.195,32	
1.7.1.	SUDECAP	20.11.05	IMPRIMAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA - EAI, LIMPEZA MANUAL	M2	1.932,00	7,92	BDI 1	9,82	18.972,24	RA
1.7.2.	SUDECAP	20.12.01	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR-1C	M2	1.656,00	2,28	BDI 1	2,83	4.686,48	RA
1.7.3.	SUDECAP	20.13.25	APLICAÇÃO DE CBUQ FAIXA C, CAMADA DE ROLAMENTO, COM CAP 50/70	T	168,91	43,87	BDI 1	54,41	9.190,40	RA

PMv3.16

1 / 2



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo  
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO 1105771-64	Nº TransfereGOV 988317/2025	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA/MG	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL, WENZEL HUBER E PILOTO			
LOCALIDADE SINAPI BELO HORIZONTE	DATA BASE 10-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG	MUNICÍPIO / UF JUATUBA/MG	BDI 1 24,03%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 28

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG									401.872,86	
1.7.4.	SUDECAP	20.13.34	FORNECIMENTO DE CBUQ FAIXA C, COM CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	168,91	730,00	BDI 1	905,42	152.934,49	RA
1.7.5.	SUDECAP	20.10.03	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT > 10KM	TxKM	5.067,30	1,34	BDI 1	1,66	8.411,71	RA
1.8.			SARJETA, MEIO-FIO E PASSEIO					-	47.906,91	
1.8.1.	SUDECAP	04.21.15	CONCRETO CONVENCIONAL FCK >= 15MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	3,00	674,91	BDI 1	837,09	2.511,27	RA
-	SUDECAP	15.63.01	LANÇAMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DE SOLO EM ÁREA DE PASSEIO (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M3	-		BDI 1	-	-	RA
-	SUDECAP	18.72.02	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO DE PEDRA (SERÁ EXECUTA PELA CONTRATANTE)	M	-		BDI 1	-	-	RA
1.8.2.	SUDECAP	18.71.01	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2), COMPRIMENTO 80 CM	M	310,00	58,10	BDI 1	72,06	22.338,60	RA
1.8.3.	SUDECAP	19.30.04	SARJETA TIPO A - (50X10)CM - DES-R01 - PADRÃO SUDECAP	M	552,00	33,68	BDI 1	41,77	23.057,04	RA

RECURSO  
↓

Encargos sociais:

Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

JUATUBA/MG

Local

quarta-feira, 29 de janeiro de 2025

Data

  
Responsável Técnico  
Nome: MANOEL DIOGO DE AQUINO NETO  
CREA/CAU: 54.454/D  
ART/RRT: MG20264659260



# ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO  
OGU

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1105771-64	Nº TGOV 988317/2025	PROponente TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA	Apelido Empreendimento PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL, W	Descrição do Lote PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM JUATUBA/MG
---------------------------	------------------------	---	--	--

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
				08/25	09/25	10/25	11/25	12/25	01/26	02/26	03/26	04/26	05/26	06/26	07/26
1.	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E	401.872,86	% Período:	35,67%	64,33%										
1.1.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	9.230,32	% Período:	100,00%											
1.2.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	23.026,12	% Período:	28,75%	71,25%										
1.3.	INSTALAÇÕES DE OBRA	7.874,70	% Período:	100,00%											
1.6.	SUB-LEITO E BASE	119.639,49	% Período:	100,00%											
1.7.	PAVIMENTAÇÃO	194.195,32	% Período:		100,00%										
1.8.	SARJETA, MEIO-FIO E PASSEIO	47.906,91	% Período:		100,00%										
<b>Total: R\$ 401.872,86</b>				%:	35,67%	64,33%									
Período:	Repass:	139.079,32		250.783,68											
	Contrapartida:	4.284,39		7.725,47											
	Outros:	-		-											
	<b>Investimento:</b>	<b>143.363,71</b>		<b>258.509,15</b>											
Acumulado:	%:	35,67%		100,00%											
	Repass:	139.079,32		389.863,00											
	Contrapartida:	4.284,39		12.009,86											
	Outros:	-		-											
	<b>Investimento:</b>	<b>143.363,71</b>		<b>401.872,86</b>											
	Administração Local:	28,75%		100,00%											

JUATUBA/MG  
Local

quarta-feira, 29 de janeiro de 2025  
Data

*Manoel Digo de Aquino Neto*  
Responsável Técnico  
Nome: MANOEL DIOGO DE AQUINO NETO  
CREA/CAU: 54.454/D  
ART/RRT: MG20264659260

## ANEXO IV – BDI



### Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo  
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1105771-64	Nº TRANSFEREGOV 988317/2025	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA/MG
---------------------------	--------------------------------	--

#### APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS URBANAS, RODOVIAS, FERROVIAS E RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,00%

#### BDI 1

#### TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,74%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,21%
Lucro	L	8,69%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	24,03%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

JUATUBA/MG  
Local

quarta-feira, 29 de janeiro de 2025  
Data

Responsável Técnico

Nome: MANOEL DIOGO DE AQUINO NETO

CREA/CAU: 54.454/D

ART/RRT: MG20264659260



## ANEXO V – CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

- Endereço: Rua Alípio Nogueira do Amaral, Rua Wenzel Huber, Rua piloto Airton Sena, Bairro Varginha, Juatuba - MG, 35675-000.
- Latitude 19°57'22.03"S e Longitude 44°20'9.18"O. (Rua Alípio Nogueira do Amaral)
- Latitude 19°57'20.08"S e Longitude 44°20'8.02"O. (Rua Wenzel Huber)
- Latitude 19°57'21.31"S e Longitude 44°20'7.27"O. (Rua Piloto Airton Sena)

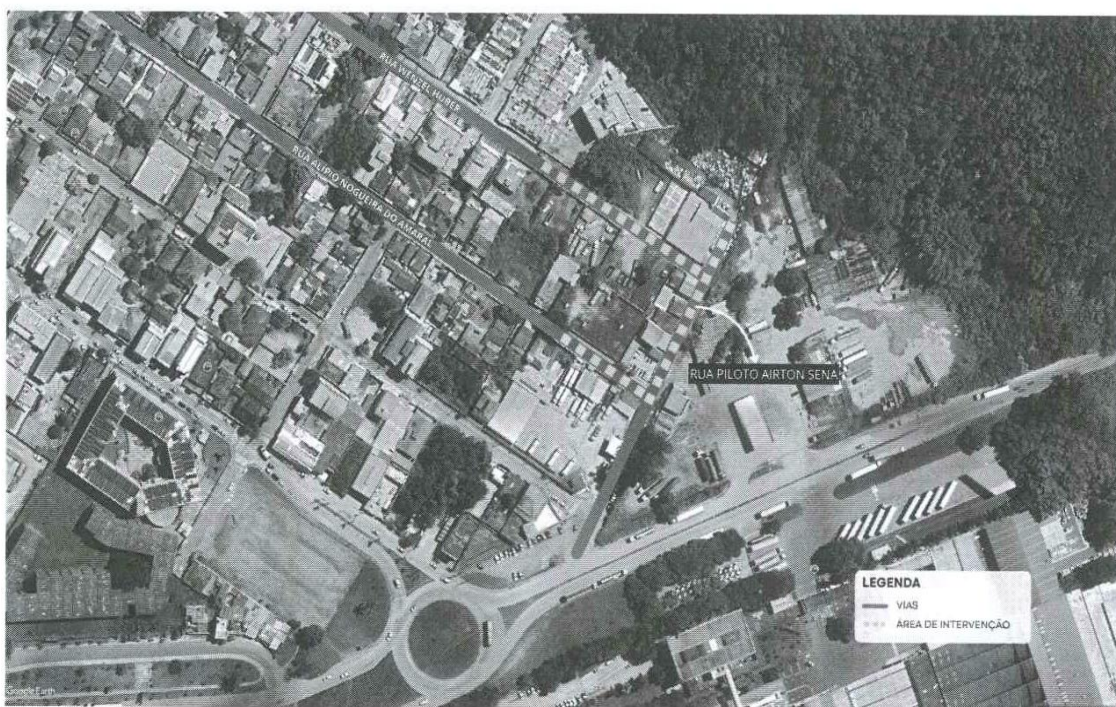



TABELA DE RUAS

ITEM	RUA	METROS LINEARES (M)	LARGURA ESTIMADA (M)	ÁREA ESTIMADA (M²)	MASSA ASFÁLTICA (M²)
1	RUA ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL	50,00	7,00	350,00	300,00
2	RUA WENZEL HUBER	115,00	7,00	805,00	690,00
3	RUA PILOTO AIRTON SENA	111,00	7,00	777,00	666,00

  
Manoel Diogo de Aquino Neto  
Engenheiro Civil - CREA MG: 54.454/D

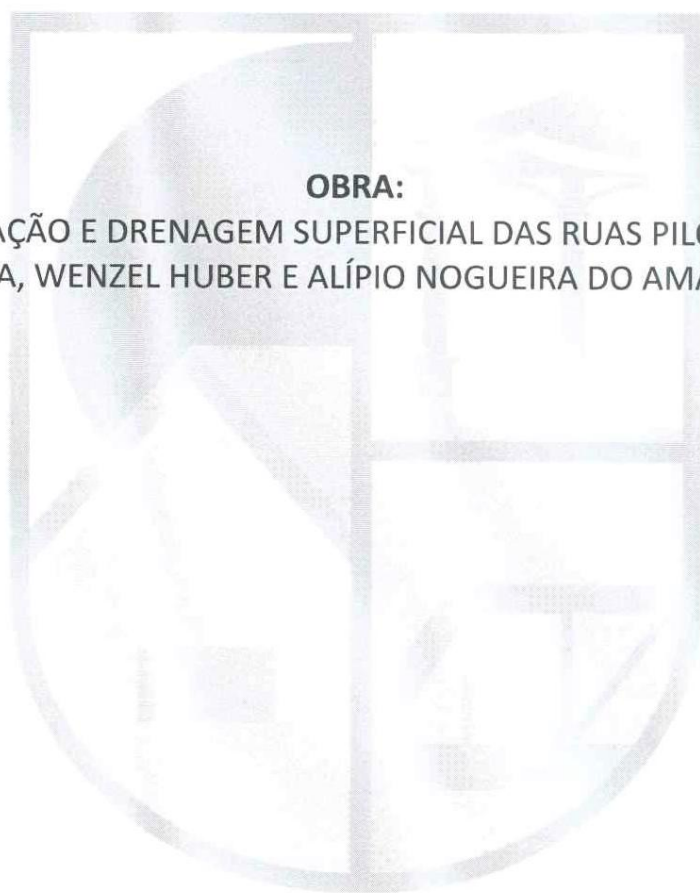
PÁGINA 1/1

## MEMORIAL DESCRITIVO



### OBRA:

PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS RUAS PILOTO AIRTON  
SENA, WENZEL HUBER E ALÍPIO NOGUEIRA DO AMARAL



Juatuba, 26 de janeiro de 2026.

## **1. DADOS DO PROJETO**

### **1.1 Objeto**

Execução da obra de Pavimentação e Drenagem Superficial das Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral para assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança e dignidade para a população.

### **1.2 Proprietário**

Prefeitura Municipal de Juatuba – MG.

### **1.3 Endereço**

Os serviços serão prestados nas Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, no Bairro Varginha em Juatuba - MG, 35675-000.

## **2. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

**2.1** Manoel Diogo de Aquino Neto - Engenheiro Civil / CREA MG 54.454/D.

## **3. MEMORIAL DESCRITIVO**

### **3.1 Objetivos da proposta e descrição**

A presente obra tem como objetivo garantir infraestrutura viária adequada por meio da pavimentação e drenagem superficial das Ruas Piloto Airton Sena, Wenzel Huber e Alípio Nogueira do Amaral, a intervenção visa melhorar as condições de trafegabilidade e segurança da via, especialmente em períodos chuvosos, quando o acesso é prejudicado pela precariedade da infraestrutura da via. Para isso, será contratada empresa especializada na execução de serviços de engenharia, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, seguindo os padrões técnicos estabelecidos, visando à eficiência, durabilidade e qualidade dos serviços públicos de infraestrutura urbana.

### **3.2 Disposições gerais**

Fica entendido que a planilha, as especificações e toda a documentação são suplementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido. Será adotado como diretrizes técnicas o caderno padrão SUDECAP e o caderno padrão SEINFRA – MG.

## **4. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATADA)**

Compreende o transporte e a instalação e posterior retirada das estruturas temporárias necessárias ao início e encerramento da obra, incluindo montagem de canteiro, sanitários, depósitos, acessos, sinalização provisória, áreas de apoio e logística inicial. Deve prever a organização do espaço físico conforme normas de segurança e meio ambiente, possibilitando o adequado desenvolvimento das atividades no local da obra.



## 5. ADMINISTRAÇÃO LOCAL (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATADA)

Compreende os serviços administrativos necessários ao bom andamento da obra:

- I. **Engenheiro Civil de Obra Junior com Encargos Complementares:** Compreende a contratação de profissional engenheiro civil, com registro ativo no CREA/MG, responsável pelo acompanhamento técnico diário da obra, fiscalização da execução dos serviços, atendimento às exigências do contrato e elaboração de relatórios técnicos, medições e diário de obra.
- II. **Encarregado (Sudecap):** Refere-se à designação de profissional com experiência prática na coordenação de equipes de campo, responsável por organizar e orientar os operários quanto à execução dos serviços, conforme cronograma da obra e diretrizes da engenharia. Este profissional será o elo entre a equipe de produção e o engenheiro responsável, assegurando o uso adequado dos materiais, o cumprimento das metas diárias e a comunicação com a fiscalização. Deverá ter pleno conhecimento dos padrões exigidos pelo Caderno de Encargos da SUDECAP, normas técnicas da construção civil, além de zelar pela produtividade, segurança e qualidade dos serviços.

## 6. INSTALAÇÕES DE OBRA (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATADA)

- I. **Placa de Obra:** A sinalização institucional obrigatória será realizada por meio do fornecimento e instalação de placa de obra confeccionada em lona com impressão digital, conforme padrão definido pela SUDECAP. A lona deverá conter, de forma clara e legível, todas as informações contratuais exigidas, bem como deverá ser tensionada de forma a garantir estabilidade e boa apresentação visual. Ademais, ela deverá ser instalada em local de fácil visualização pelo público, próximo à entrada ou frente de serviço da obra, garantindo conformidade com as exigências legais e padrões técnicos aplicáveis.
- II. **Banheiro Químico:** Este item refere-se ao fornecimento e manutenção de banheiro químico portátil, com dimensões mínimas de 110 cm x 120 cm x 230 cm, adequado para uso em canteiros de obras. O equipamento deverá estar em perfeitas condições de uso e higiene, devendo ser realizada manutenção periódica (limpeza, reabastecimento de insumos sanitários e recolhimento de resíduos) ao longo do período contratado. O banheiro deve ser instalado em local acessível, respeitando as normas de segurança, saúde e conforto dos trabalhadores, conforme as diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes e o padrão SUDECAP.
- III. **Mobilização de Container:** Este item compreende a mobilização e instalação de container padrão SUDECAP, destinado a atender às necessidades administrativas ou de apoio no canteiro de obras. Inclui o transporte, posicionamento adequado e nivelamento do container no local indicado pela fiscalização da obra. O container deverá estar em conformidade com os padrões técnicos exigidos, apresentando condições adequadas de limpeza, segurança estrutural, ventilação e funcionamento.

- IV. **Container Simples:** Refere-se ao fornecimento mensal de container simples, padrão SUDECAP, para utilização como apoio operacional, escritório de obra ou almoxarifado, o container deverá estar em bom estado de conservação.

**7. SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATANTE)**

Compreende os serviços de apoio topográfico indispensáveis à implantação da obra, incluindo a locação de eixos, cotas de nível, alinhamentos, marcação de meio-fio, sarjetas e demais elementos construtivos. Devem ser utilizados equipamentos de precisão, como estação total e nível automático, assegurando conformidade entre o projeto executivo e a execução em campo. Todas as referências topográficas devem ser registradas e conferidas pela equipe de engenharia.

**8. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA / TERRAPLENAGEM E LIMPEZA (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATANTE)**

- I. **Escavação Mecânica:** Os serviços de movimentação de terra abrangem a escavação mecânica em solo classificado como material de 1ª categoria, com o uso de pá carregadeira e equipamentos adequados. A operação inclui escavação e transporte do material até uma distância máxima de 50 metros. O serviço deve ser executado com controle e acompanhamento técnico para garantir a conformidade geométrica e volumétrica da intervenção.
- II. **Carga de Material:** Refere-se à operação de carga de materiais diversos (solos, entulhos, agregados, etc.) em caminhões para transporte, utilizando equipamentos mecânicos. O serviço deverá ser executado com atenção à eficiência operacional e à segurança, sendo realizada por equipe capacitada, conforme diretrizes técnicas da SEINFRA.
- III. **Aterro Compactado:** Este item compreende a execução de aterros com solo previamente selecionado e distribuído em camadas sucessivas, compactadas com rolo vibratório até atingir o nível de compactação exigido. A execução deverá atender às normas da SUDECAP, garantindo a estabilidade e durabilidade.
- IV. **Transporte de Material (<=1km):** Corresponde ao transporte de materiais diversos por distância média de transporte (DMT) igual ou inferior a 1 km, dentro do próprio canteiro de obras ou entre frentes próximas. O serviço será executado por meio de caminhões basculantes ou outros meios de transporte compatíveis, observando a segurança da operação e a integridade do material transportado.
- V. **Transporte de Material (>5km):** Corresponde ao transporte de materiais diversos por distância média de transporte (DMT) superior a 5 km, devendo ser realizado com veículos apropriados, devidamente licenciados e operados por profissionais habilitados. A operação deve atender às exigências logísticas da obra, priorizando eficiência e conformidade ambiental.



## 9. SUBLEITO E BASE

- I. **Regularização e Compactação de Subleito (será executado pela contratante):**  
Este serviço refere-se à preparação da camada de subleito, que consiste no nivelamento e regularização da superfície do terreno natural ou escavado, seguida da compactação com rolo compactador adequado, visando atingir o grau de compactação ideal. O serviço deverá ser executado conforme os critérios técnicos da SUDECAP, garantindo estabilidade e uniformidade da base de apoio para as camadas superiores do pavimento.
- II. **Fornecimento de Bica Corrida (será fornecida pela contratada):** Corresponde ao fornecimento de bica corrida composta por mistura de agregados com diferentes granulometrias, utilizada em serviços de base para pavimentação. O material deverá ser entregue na obra em conformidade com os padrões SUDECAP e em quantidade suficiente conforme especificado na planilha orçamentária. A responsabilidade pelo fornecimento é da contratada, devendo-se assegurar o cumprimento das especificações de qualidade e homogeneidade.
- III. **Base Estabilizada Granulometricamente (será executado pela contratante):**  
Este item compreende a execução de base de pavimentação composta por material granular, devidamente espalhado, nivelado e compactado com rolo vibratório conforme os parâmetros de energia do ensaio Proctor Modificado. O serviço deverá atender às exigências da SUDECAP garantindo resistência e suporte adequado para as camadas de revestimento.

## 10. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (SERÁ EXECUTADO PELA CONTRATADA)

A execução da pavimentação asfáltica deverá seguir as especificações técnicas do Caderno de Encargos da SUDECAP, utilizando como revestimento o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), tipo Faixa C, com ligante CAP 50/70. Inicialmente, será aplicada a imprimação com emulsão asfáltica do tipo E.A.I., precedida de limpeza manual da base executada, com remoção de detritos e poeiras soltas. Esta etapa tem a finalidade de garantir a aderência entre a base e a camada superior.

Na sequência, será aplicada a pintura de ligação com emulsão asfáltica tipo RR-1C, promovendo a aderência entre a base granular compactada e a camada de revestimento. A emulsão deverá ser distribuída de forma uniforme, em condições adequadas de temperatura e umidade, conforme previsto nas normas técnicas.

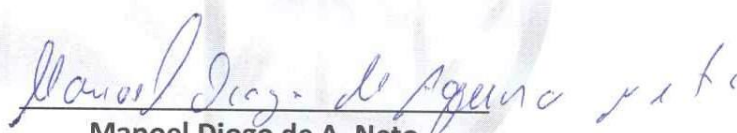
Em seguida, será realizada a aplicação da camada de rolamento com CBUQ Faixa C, incluindo espalhamento manual e compactação com placa vibratória, garantindo a densidade e regularidade exigidas. O material será fornecido conforme padrão da SUDECAP, usinado a quente e transportado em caminhões térmicos apropriados, respeitando a temperatura mínima na aplicação. A espessura da camada, o teor de ligante e a granulometria seguirão rigorosamente o projeto executivo e os parâmetros estabelecidos para tráfego urbano.

O transporte do CBUQ e demais materiais será feito para distâncias superiores a 10 km, com controle de tempo, temperatura e umidade para evitar perdas de qualidade. Todos os procedimentos deverão garantir o desempenho e a durabilidade do

pavimento, atendendo aos critérios de qualidade da SUDECAP, com controle tecnológico em campo e em laboratório, conforme exigências normativas.

**11. SARJETA, MEIO-FIO E LANÇAMENTO DE SOLO ÁREA DO PASSEIO**

- I. **Lançamento e Espalhamento de Solo ou Material de Demolição em Área de Passeio (será executado pela contratante):** Será realizado o lançamento e espalhamento manual de solo ou material proveniente de demolição em áreas destinadas ao passeio, conforme projeto. O material será distribuído uniformemente sobre a área designada, respeitando o greide projetado, com posterior nivelamento manual. Este serviço será executado diretamente pela contratante, assegurando a regularização preliminar da superfície para as camadas subsequentes.
- II. **Sarjeta, Meio-Fio e Estrutura de Fundação (será executado pela contratada):** A fundação para sarjetas e meio-fio será executada com concreto convencional preparado em obra, com brita calcária e resistência característica à compressão de  $f_{ck} \geq 15$  MPa. O lançamento será feito diretamente na vala escavada, com adensamento apropriado e nivelado. Será utilizada tela Q-138 como reforço estrutural, instalada com espaçadores para garantir o recobrimento conforme normas técnicas. A implantação do meio-fio será feita com peças pré-moldadas de concreto com  $f_{ck} \geq 20$  MPa, padrão SUDECAP Tipo A, com dimensões de 30 cm de altura x 14,2/12 cm de largura (superior/inferior) e 80 cm de comprimento. O assentamento será realizado sobre base de concreto magro, com alinhamento e prumo adequados. A sarjeta Tipo A, terá dimensões de 50 cm de largura por 10 cm de profundidade, sendo executada em concreto moldado in loco, garantindo o escoamento das águas pluviais e a durabilidade da infraestrutura de drenagem superficial.

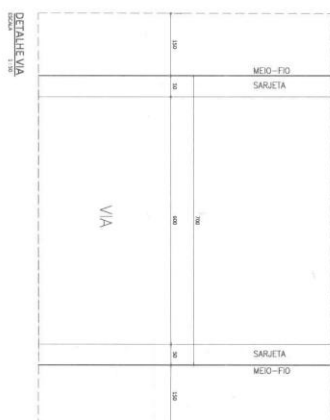
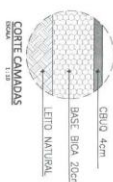
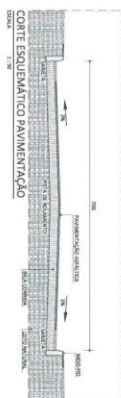
  
**Manoel Diogo de A. Neto**  
Eng Civil – CREA 54.454/D.



## ANEXO VII –PROJETOS



ITEM	RUAS	TABELA DE RUAS		
		VARROS LINEARES (h)	ÁREA ESTIMADA(m <sup>2</sup> )	MASSA ESTIMADA(KG)/ESPALHANÇA
01	RUA ALPINO NOGUEIRA DO AMARAL	50,00	7,00	350,00
02	RUA WENZEL HIEBER	115,50	7,00	805,00
03	RUA PILOTO AIRTON SENA	111,00	7,00	777,00
				665,00

[illegible]

**ANEXO VIII – MODELO DA PROPOSTA**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º \_\_\_\_/2025

**À Prefeitura Municipal de Juatuba/MG**

**Att. Sr(a) Agente de Contratação**

Para efeito de julgamento, e de acordo com a cotação de preços unitários, aplicados às quantidades definidas na planilha de preços propomos a consecução do objeto ofertado pelo valor global de R\$ ..... ( \_\_\_\_\_ valor por extenso \_\_\_\_\_ ).

\* Planilha de quantitativos e preços devidamente preenchida.

\* colocar junto da proposta o cronograma físico-financeiro e composição do BDI.

**Observação:** favor conferir o valor total de cada item, para evitarmos correção nestes valores, alterando assim o valor global da proposta. \*algumas fórmulas utilizadas para redução na planilha toda, costuma deixar alguns valores errados.

\* Declaramos estar de acordo com todos os itens e anexos deste edital.

Empresa/Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ (Mínimo: 60 dias)

Endereço, Tel., Fax, email

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

## ANEXO IX –DECLARAÇÃO UNIFICADA

A licitante ..... inscrita no CNPJ..... sediada....., por intermédio do seu representante legal ..... CPF.....em cumprimento ao solicitado no Edital da Concorrência Eletrônica nº. 90003/2025

DECLARA, sob as penas da Lei, que se responsabiliza a comunicar à Prefeitura Municipal de Juatuba, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

DECLARA, sob as penas da Lei, que NÃO POSSUI sócios que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, com a Administração Pública MUNICIPAL, em conformidade com inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

DECLARA, sob as penas da Lei, que NÃO POSSUI em seu quadro de pessoal servidor público exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

DECLARA, sob as penas da Lei, que conforme previsto conforme previsto nos termos do Art. 10, Inciso III da Lei Municipal nº 604, de 18 de outubro de 2006 dispõe sobre a política de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente no município de Juatuba/MG, e que esta empresa observa todas as normas ambientais no desempenho de suas atividades.

DECLARA, sob as penas da Lei, que possui infraestrutura necessária e adequada para atender as condições e exigências do Processo Licitatório XXXX na modalidade XXXXX.

DECLARA, sob as penas da lei que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### Renúncia de visita técnica (caso a empresa opte por não realizar a visita técnica)

DECLARA, sob as penas da Lei que, por deliberação única e exclusiva da declarante, não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## ANEXO X –RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

### FOTOS

O presente relatório fotográfico tem por objetivo registrar e documentar as condições atuais das Ruas: Alípio Nogueira do Amaral, Wenzel Huber e Piloto Airton Sena, localizadas no município de Juatuba - MG. As imagens apresentadas visam ilustrar a situação existente antes da execução das obras de pavimentação asfáltica, previstas para contemplar trechos das três vias supracitadas que se encontram em estado precário de conservação e trafegabilidade. O registro busca evidenciar as deficiências estruturais, como irregularidades no leito das vias que levam ao acúmulo de água em períodos chuvosos, características que dificultam o deslocamento seguro de pedestres e veículos.

FOTO 1



PÁGINA 1/6



FOTO 2

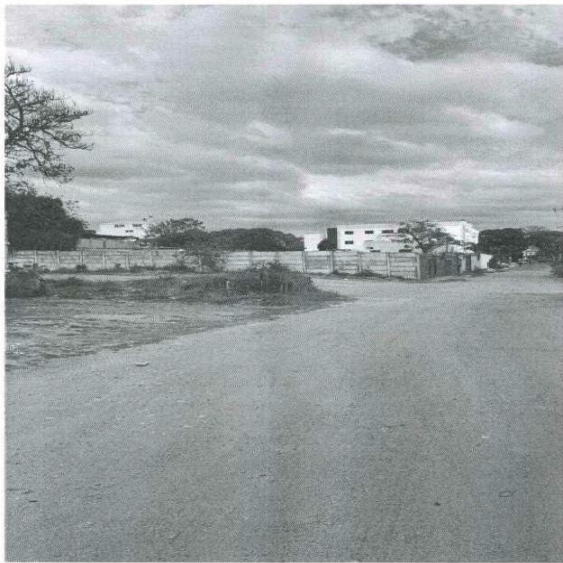
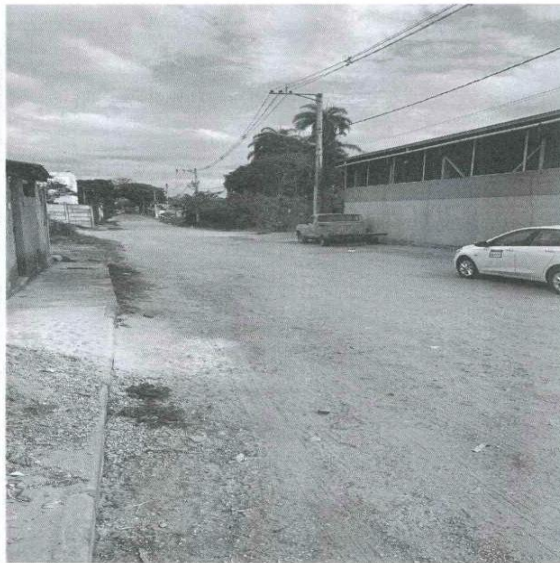


FOTO 3

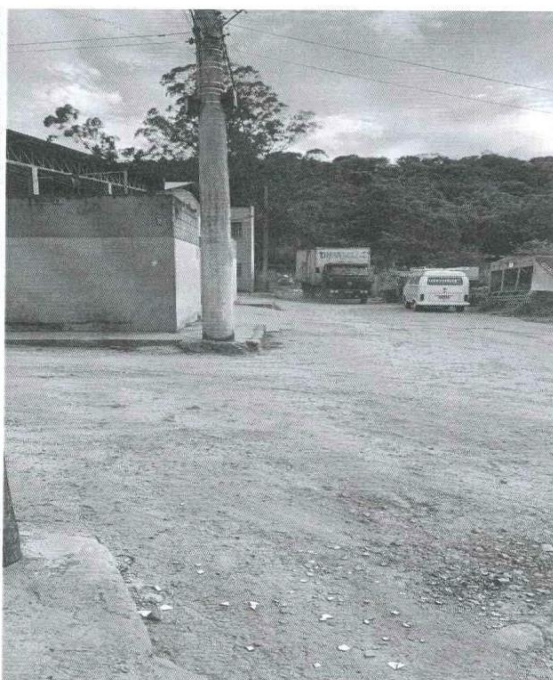


PÁGINA 2/6

FOTO 4



FOTO 5



PÁGINA 3/6



FOTO 6



FOTO 7

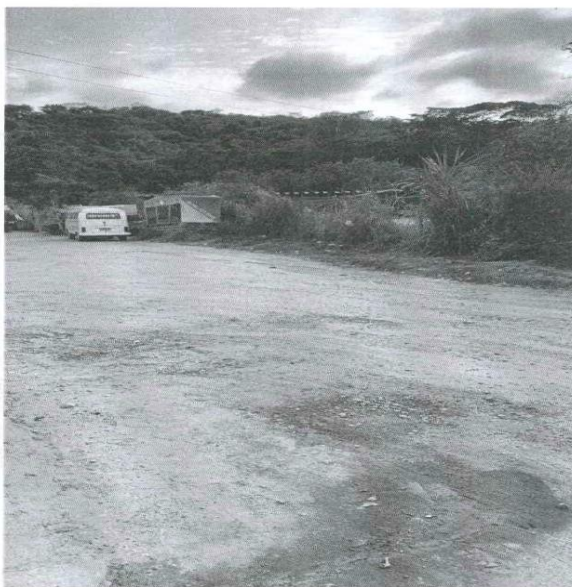


FOTO 8

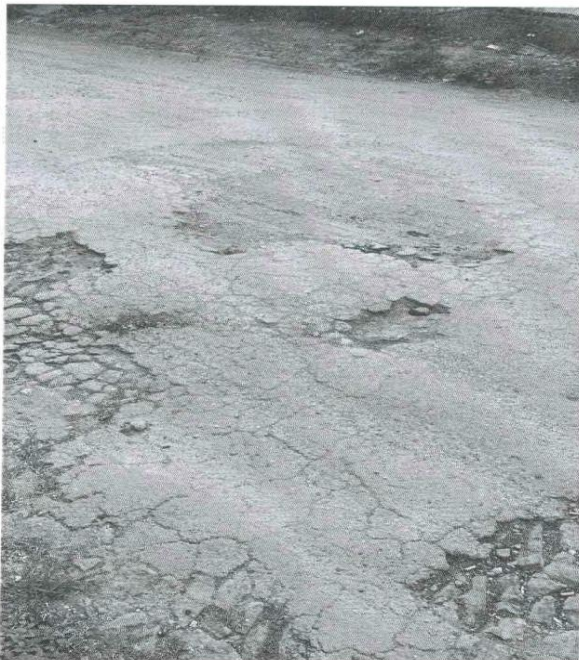


FOTO 9

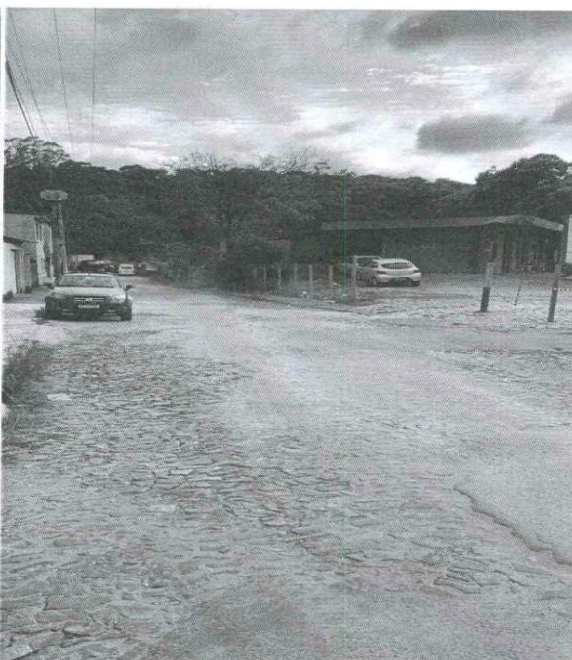
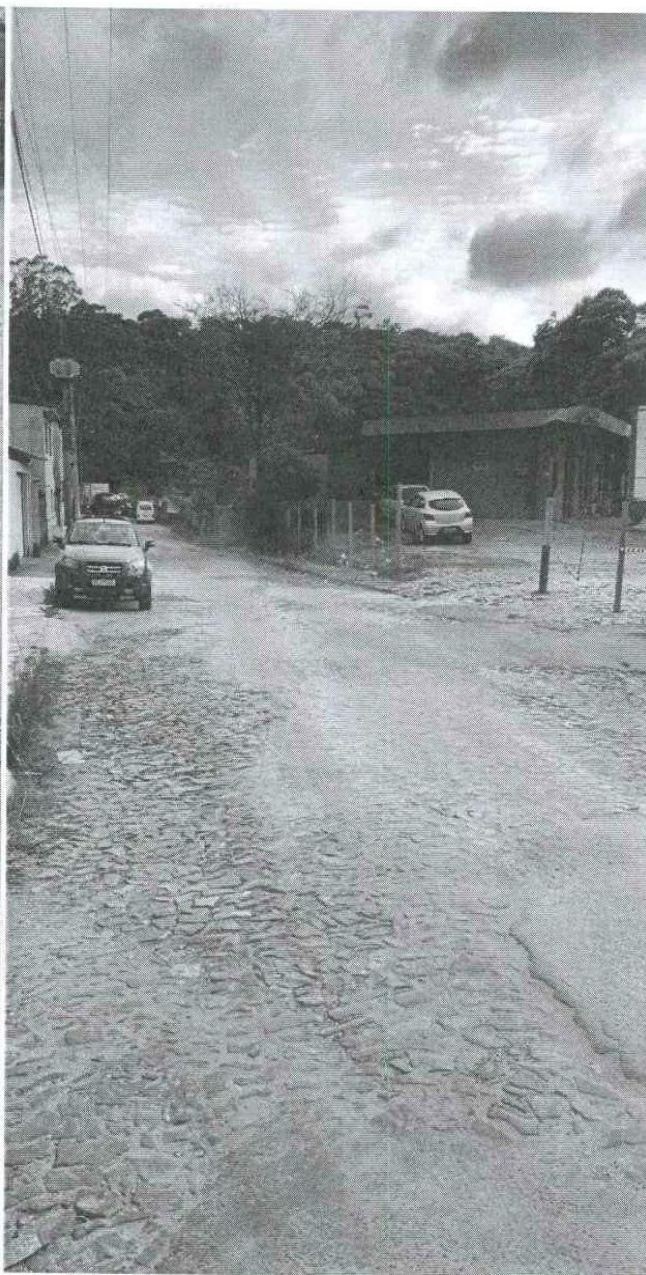




FOTO 8



FOTO 9



## ANEXO XI –MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/202X

### CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JUATUBA E A EMPRESA XXXXXXXXXX,

O **MUNICÍPIO DE JUATUBA**, inscrito no CNPJ sob o nº 64.487.614/0001-22, com sede na Praça dos Três Poderes, s/nº, Centro – Juatuba/MG, CEP: 35.675.000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, nomeado pela Portaria nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone de contrato \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO

1.1. A presente Contratação decorre da Concorrência Eletrônica nº .....Processo Administrativo nº ....., efetuada com base no Parecer de nº \_\_\_\_\_, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato é a  
.....

2.2. Detalhamento do objeto:

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade	Unid.	Valor Unitário	Valor Total

Total Geral: R\$

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de ....., contados da data da última assinatura deste instrumento contratual, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo o prazo de execução do contrato será de....., contado a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

3.2. Considerando se tratar, o presente instrumento, de contratação com escopo predefinido, será prorrogado automaticamente quando seu objeto não for concluído na vigência firmada no **item 3.1**, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

**3.2.1.** A prorrogação automática não obsta a necessidade de realização de Termo Aditivo, mesmo que posterior.

**3.2.2.** Quando a não conclusão do objeto no prazo inicialmente estabelecido decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas, descritas na **Cláusula Décima** e no texto da lei; e

B) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1.** O modelo de execução, bem como as regras de gestão contratual constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições descritas no Projeto Básico.

**5.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**5.3.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1.** O valor da contratação é de R\$\_\_\_\_\_ (*por extenso*).

**6.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.1.2.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

**6.1.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**6.1.4.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**6.1.5.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**6.1.6.** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



**6.1.7.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.1.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**6.1.9.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.10.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

### **7.1. DO REAJUSTE**

**7.1.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data dos orçamentos estimados, em 29/01/2026 (planilha)

**7.1.2.** Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice FGV – Fundação Getúlio Vargas, Coluna 37 índice de pavimentação para obras rodoviárias** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.1.2.1.** Em se tratando de obras e serviços de engenharia, os preços serão reajustados após o interregno mínimo de um ano contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da planilha orçamentária, aplicando-se a variação de índices e composições referenciais da **SEINFRA REGIÃO CENTRAL (01/2025) - COM DESONERAÇÃO, SINAPI/MG (01/2025) – DESONERADA, SUDECAP (01/2025) – DESONERADA e COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS UNITÁRIAS (01/2025)**, para formação do preço reajustado.

**7.1.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.1.4.** A solicitação deverá ser realizada para o setor de Contratos do município através do Setor de Protocolo 31 3535 8576 / contratos@juatuba.mg.gov.br.

**7.1.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.1.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.1.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.1.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**7.2.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**7.2.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.2.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**7.2.4.** Será aplicado o reequilíbrio econômico financeiro às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**7.2.5.** A mera variação de preços ou flutuação cambial não é suficiente para a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**7.2.6.** O reequilíbrio econômico financeiro será realizado por Termo Aditivo.

## **7.3. DA REPACTUAÇÃO**

**7.3.1.** Quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos, aplicar-se-á a repactuação.

**7.3.1.1.** Entende-se repactuação, a partir de análise do art. 6º, inciso LIX, da Lei nº 14.133/2021, como a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

**7.3.2.** Deve-se observar o interregno mínimo de 1 (um) ano para a aplicação da repactuação, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

**7.3.3.** O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no **item 7.3.4.**

**7.3.4.** A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**7.3.4.1.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**7.3.5.** A repactuação será realizada por Termo de Apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo, não inferior a 72 (setenta e duas) horas, para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da CONTRATANTE.

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

**8.1.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações do edital.

**8.1.6.** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato

**8.1.7.** Efetuar pagamento à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estipulados no contrato/edital, mediante a entrega da nota fiscal, em conformidade com as autorizações expedidas.

**8.1.8.** Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas e/ou qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **8.2 São obrigações da CONTRATADA:**

**8.2.1** Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.2.2** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**8.2.3** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**8.2.4** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**8.2.5** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**8.2.6** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**8.2.7** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

**8.2.8** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.2.9** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

**8.2.10** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

**8.2.11** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**8.2.12** Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

**8.2.13** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

**8.2.14** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**a)** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

**b)** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

**c)** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**d)** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**8.2.15** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**a)** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

**b)** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

### **8.3 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**8.3.1.** O Contratado obriga-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações, assumindo o dever de proteção, confidencialidade e sigilo sobre toda informação, dados pessoais e bases de dados a que tiver acesso em razão da execução do objeto contratual.

**8.3.2.** O Contratado deverá implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**8.3.3.** O acesso aos dados ficará restrito aos colaboradores, consultores ou prestadores que necessitem deles para execução do contrato, obrigando-se o Contratado a assegurar que todos observem dever de sigilo e confidencialidade.

**8.3.4.** É vedado ao Contratado utilizar ou compartilhar dados pessoais para finalidade diversa da execução contratual, salvo autorização prévia e escrita do Contratante ou nas hipóteses legalmente previstas.

**8.3.5.** Encerrado o contrato, o Contratado deverá devolver ou eliminar os dados pessoais a que teve acesso, inclusive eventuais cópias e backups, no prazo de até 30 (trinta) dias, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

**8.3.6.** O Contratado deverá comunicar imediatamente ao Contratante qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais, permanecendo responsável por eventuais danos e sanções decorrentes do descumprimento da legislação.

**8.3.7.** O dever de sigilo e as obrigações previstas nesta cláusula subsistirão mesmo após a extinção do contrato.

**8.3.8.** O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará o Contratado às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades cíveis e penais.

### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**9.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**IV. Multa:**

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.5.** A aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.6.** A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do produto, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**11.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**11.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**11.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.3.2.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

**11.5.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**11.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.6.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.6.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.6.3.** Das indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos indicados para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

Ficha:  
Dotação:  
Fonte:

Ficha:  
Dotação:  
Fonte:

**12.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** Excepcionalmente, as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato, desde que justificado formalmente pela autoridade competente.

**13.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**14.1.** O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto Municipal nº 2.896, de 03 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

**14.2.** A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores/agentes públicos:

Responsável:	<b>GESTOR</b>	<b>FISCAL</b>
	Messias Gomes Leao	Manoel Diogo A. Neto
Função:	Secretário Municipal de Infraestrutura	Engenheiro
CPF:	128.660.558-02	426.652.566-49
Telefone:	(31) 3535-5715	(31)3535-5715
E-mail:	financeiro.obras@juatuba.mg.gov.br	manoel.eng@juatuba.mg.gov.br

**14.3.** Não obstante a CONTRATADA ser a única responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

**14.4.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**14.5.** As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

**14.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa CONTRATANTE para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**14.7.** Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**14.8.** O Gestor do contrato será responsável pela comunicação com representantes da CONTRATADA.

**14.9.** O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

**14.10.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE.

**14.11.** O Fiscal acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio de pessoal administrativo, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

**14.12.** O fiscal do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento.

**14.13.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o Gestor deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, para que, no prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**14.14.** O gestor deverá Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo, não inferior a 72 (setenta e duas) horas, para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**14.15.** Os prazos dispostos nos itens 14.12 e 14.23 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da CONTRATANTE.

**14.16.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**14.17.** Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8078 de 1990, Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS**

**17.1.** Vinculam ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação, a proposta da Contratada, o Termo de Referência e demais anexos do Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Juatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Juatuba/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_\_\_

---

CONTRATANTE  
(Secretário Municipal)

---

CONTRATADA  
(Nome / Representante Legal da Contratada)

Testemunhas: